

A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)¹

Anderson Dutra e Silva
Centro Universitário de Anápolis, Brasil

Sandro Dutra e Silva
Universidade Estadual de Goiás, Brasil
Centro Universitário de Anápolis, Brasil

<https://doi.org/10.7440/histcrit74.2019.04>

Recepção: 28 de novembro de 2018 / Aceitação: 5 de abril de 2019 / Modificação: 12 de julho de 2019

Como citar: Dutra e Silva, Anderson y Sandro Dutra e Silva. “A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)”. *Historia Crítica* n.º 74 (2019): 65-93, doi: <https://doi.org/10.7440/histcrit74.2019.04>

Resumo. Objetivo/Contexto: Este artigo busca apresentar o contexto histórico da criação de Goiânia, capital do estado de Goiás, construída na década de 1930 como símbolo da expansão da fronteira demográfica e agrícola no Brasil Central. A cidade surgiu através do trabalho realizado por Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor estadual pelo presidente Getúlio Vargas. No processo de construção, a falta de recursos financeiros e o isolamento da região em relação aos grandes centros de país criou barreiras como a dificuldade de se obter materiais e mão de obra. Em oposição à realidade, havia o discurso dos *boosters*, ou divulgadores da capital, que creditavam, à “metrópole” prometida, o poder de criar boas oportunidades de crescimento econômico. Para isso, fundamentavam-se nos recursos naturais como os cursos d’água, a presença de ricas matas nas proximidades e o relevo pouco acidentado da região de campo cerrado. **Metodologia:** O estudo utilizou-se de documentação com base em informes técnicos, relatos memorialistas, fotografias, mapas, publicações de jornais e periódicos da época, além de bibliografia fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Ambiental. **Originalidade:** A historiografia do Brasil Central tem sido, muitas vezes analisadas pela perspectiva da fronteira e não sob a ótica da história ambiental. Neste trabalho, procuramos nos apropriar dessas duas questões, reforçando a relação entre os processos rurais e urbanos da história ambiental do Cerrado no Brasil Central. **Conclusões:** O cenário real era diferente do propagado, pois a natureza foi muito mais uma barreira do que um elemento facilitador do desenvolvimento. Também, os ideais do urbanismo moderno foram parcialmente abandonados em função do oportunismo da venda de lotes. E, ainda, o crescimento de fato se deu, porém não pela abundância dos recursos naturais, mas pela transferência da capital que se retroalimentava à medida que atraía novos habitantes.

Palavras-chave: Brasil, fronteira, história, recursos naturais, urbanização.

La naturaleza y la modernidad urbana de Goiânia en los discursos sobre la ciudad símbolo del oeste brasileiro (1932-1942)

Resumen. Objetivo/Contexto: Este artículo presenta el contexto histórico de la creación de Goiânia, capital del estado de Goiás, construida en la década de 1930 como símbolo de la expansión de la frontera demográfica y agrícola en el centro de Brasil. La ciudad surgió a través del trabajo realizado por Pedro Ludovico Teixeira, nombrado interventor estatal por el presidente Getúlio Vargas. El proceso de construcción se fundamentó en el discurso de los *boosters*, o promotores de la capital, que atribuyeron a la prometida “metrópoli” el poder

¹ O artigo resulta de pesquisa desenvolvida no Laboratório de História Ambiental do Cerrado, do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais), do Centro Universitário de Anápolis, UniEVANGÉLICA. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil, sob o Código de Financiamento 001. O autor Sandro Dutra e Silva agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa de produtividade em pesquisa.

de crear buenas oportunidades para el crecimiento económico. Para esto, se basaron en recursos naturales como los cursos de agua, la presencia de ricos bosques cercanos y el relieve ligeramente accidentado de la región del Cerrado. **Metodología:** El estudio utilizó documentación basada en informes técnicos, registros orales, fotografías, mapas, publicaciones periódicas y revistas de la época, así como bibliografía basada en los supuestos teóricos y metodológicos de la historia ambiental. **Originalidad:** La historiografía del Brasil Central a menudo se ha analizado desde la perspectiva de la frontera y no desde la perspectiva de la historia ambiental. En este documento, buscamos apropiarnos de estos dos temas, con el fin de reforzar la relación entre los procesos rurales y urbanos de la historia ambiental del Cerrado en el centro de Brasil. **Conclusiones:** El escenario real era diferente del anunciado, ya que la naturaleza era mucho más una barrera, que un elemento facilitador del desarrollo. Además, los ideales del urbanismo moderno fueron parcialmente abandonados debido al oportunismo de vender lotes. Y el crecimiento tuvo lugar, pero no por la abundancia de recursos naturales, sino por la transferencia de capital, que se retroalimentaba a medida que atraía nuevos habitantes.

Palabras clave: *Brasil, frontera, historia, recursos naturales, urbanización.*

Nature and Urban Modernity of Goiânia in the Discourses about a Symbol City of the Brazilian West (1932-1942)

Abstract. Objective/Context: This article presents the historical context of the creation of Goiânia, capital city of the state of Goiás, built in the 1930s as a symbol of the expansion of the demographic and agricultural frontier in central Brazil. The city emerged through the Pedro Ludovico Teixeira efforts, appointed state intervener by the President Getúlio Vargas. In the construction process, there was the boosters's discourse, which attributed to the promised "metropolis" the power to create good opportunities for economic growth. For this, they relied on natural resources such as rivers, the presence of rich nearby forests and the fields with a less sloping region. **Methodology:** The study used archival sources based on technical and memorialist reports, photographs, maps, newspapers and periodicals of the time, as well as bibliography based on the theoretical and methodological assumptions of Environmental History. **Originality:** The historiography of Central Brazil has often been analyzed from the perspective of the frontier and not from the perspective of environmental history. In this paper, we seek to appropriate these two issues, reinforcing the relationship between the rural and urban processes of the Cerrado environmental history in Central Brazil. **Conclusions:** The real scenario was different from the announced one, since nature was much more a barrier than a facilitating element of development. In addition, the ideals of modern urbanism were partially abandoned due to the opportunism of selling lots. Also, the growth took place, but not because of the abundance of natural resources, but because of the transfer of the capital that fed it back as it attracted new inhabitants.

Keywords: *Brazil, frontier, History, natural resources, urbanization.*

Introdução

O processo histórico da "conquista" territorial do Oeste brasileiro foi um fenômeno importante, sobretudo a partir da primeira metade do século XX, quando o governo brasileiro instituiu uma política de expansão demográfica e econômica da fronteira em direção ao *hinterland* brasileiro¹. Esse

1 Sandro Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu: A expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017).

fenômeno ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”, implementada a partir de 1938², e esteve baseada na utilização de referenciais ideológicos e simbólicos, na tentativa de constituir uma visão mitificada do território com a terra da provisão³, fazendo uso do conceito de “Oeste” como um espaço de possibilidades, autonomia e com acesso à propriedade, muito próximo da visão “turneriana”⁴ de fronteira.

As questões agrícolas e agrárias foram elementos importantes no interior das políticas de expansão da fronteira divulgados pela Marcha. No entanto, a construção da imagem da “terra da promessa” englobava outros elementos, como por exemplo, a concepção urbana das cidades do Oeste como uma valiosa expressão da Marcha. Nesse sentido, a cidade de Goiânia, criada na década de 1930 como a nova capital do estado de Goiás, apresenta-se como um dos símbolos da fronteira em expansão e, mesmo que iniciada anteriormente ao discurso da Marcha histórica, passou a ser associada a ela⁵.

A modernidade *Art Decó* foi um dos traços da arquitetura da nova capital do Oeste, que, além de estabelecer uma estética urbana, tinha a intensão simbólica de demarcar a oposição à velha estrutura barroca e oligárquica, muito caracterizada pela antiga capital do estado, a Cidade de Goiás. A velha capital (Cidade de Goiás) aparece nos discursos como o símbolo do atraso e da insalubridade. E, em contraposição, Goiânia era descrita como capital moderna, fruto da racionalização do espaço e salubre. Em especial, a relação do espaço urbano com o conjunto de recursos naturais esteve associada ao sentido da salubridade, desenvolvimento econômico e qualidade de vida.

A partir dessas concepções iniciais, este artigo procurou analisar o processo histórico da concepção e construção da nova capital de Goiás, considerando, sobretudo, os fatores históricos que passaram a identificá-la como cidade símbolo da interiorização do país e porta de entrada para o Oeste⁶.

-
- 2 Getúlio Vargas, “Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937”, 31 de dezembro de 1937, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação-geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca, Arquivo da Presidência da República, Brasília (em diante, citado CC-APR).
 - 3 Neide Esterci, “O mito da democracia no País Das Bandeiras” (Dissertação, Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972); Alcir Lenharo, *Sacralização da política* (Campinas: Papirus, 1986); Esterling Evans e Sandro Dutra e Silva, “Crossing the Green Line: Frontier, Environment and the Role of Bandeirantes in the Conquering of Brazilian Territory”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 6, n.º 1 (2017): 120-142; Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.
 - 4 A visão turneriana fundamentada no historiador americano Frederick Jackson Turner, que, segundo Cronon, eram “zonas” de “natureza” e “terra livre” que os imigrantes europeus encontraram nos Estados Unidos e que se tornaram a fonte americana de energia, individualismo e democracia. Em Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History* (Mineola: Dover Publications, 2010); William Cronon, *Nature’s Metropolis: Chicago and the Great West* (Nova York: W. W. Norton & Co., 1991).
 - 5 Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*; Marilena Julimar Aparecida Fernandes Jeronimo, “Goiânia: ‘Flor Miraculosa do Estado Novo’”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 4, n.º 3 (2015): 175-185; Angela Ciccone Pinto e Alexandre Martins Araújo, “Idealização e construção de uma nova capital no Cerrado: um olhar sobre os princípios ambientais”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 3, n.º 1 (2014): 78-88.
 - 6 Oeste, nesse sentido, é um termo carregado de significados para as políticas de interiorização ocorridas entre as décadas de 1940 e 1950. O sentido vai muito além das representações dos pontos cardeais, pois fazem parte dos discursos de mitificação da marcha colonizadora do Brasil Central e de outras regiões interioranas do Brasil, geralmente descritas, também, como Oeste. Ver: Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.

Este trabalho procurou fundamentar-se nos pressupostos teórico-metodológicos da história ambiental, muito alicerçado nas orientações de William Cronon⁷ sobre os processos urbanos e rurais relacionados à cidade de Chicago, vista como a porta de entrada para o Grande Oeste norte-americano. No entanto, a utilização do estudo de Cronon como referencial teórico-metodológico não visa a um trabalho comparado entre Chicago e Goiânia, por consideramos as dimensões e magnitudes da metrópole norte-americana em uma rede de integração entre campo e cidade em que a nova capital de Goiás não se enquadrava. Nessa análise, além das questões do mundo natural, muito nos interessaram as descrições de Cronon⁸ sobre o papel dos *boosters* (agentes de propaganda), que tiveram importante destaque na construção simbólica de Chicago. Essa abordagem nos motivou a estabelecer um paralelo entre os elementos históricos e ambientais envolvidos na divulgação da transferência da capital de Goiás e nos métodos de divulgação que envolviam o novo espaço urbano como a capital da Marcha para o Oeste e a cidade símbolo da conquista do Brasil Central⁹.

Os recursos metodológicos se fundamentam na análise documental dos discursos e das narrativas, que procuram identificar, na visão de seus idealizadores e sonhadores, o papel da natureza como elemento atrativo para o desenvolvimento. Utilizamos, como fontes, um conjunto

7 William Cronon, *Nature's Metropolis*.

8 William Cronon, *Nature's Metropolis*.

9 O trabalho aqui apresentado faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a relação entre a ocupação do Brasil Central e os efeitos ambientais no Cerrado. A historiografia do Brasil Central, no entanto, tem sido, muitas vezes, analisada pela perspectiva da fronteira, e não sob a ótica da história ambiental. Neste trabalho, procuramos nos apropriar dessas duas questões, reforçando a relação entre os processos rurais e urbanos da história ambiental do Cerrado no Brasil Central. Citamos, como exemplo, os trabalhos já publicados e que fazem parte desta pesquisa, como a obra *No oeste, a terra e céu*, publicado em 2017, em que a ocupação do Brasil Central foi abordada a partir da referência da *Western History* norte-americana, e não, necessariamente, como um trabalho de história ambiental. Nesse trabalho as referências feitas sobre Goiânia estavam centradas no projeto de expansão demográfica que a cidade representava para a região do Mato Grosso de Goiás, uma área de floresta tropical que havia sido doada pelo governo de Goiás ao governo federal para a construção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, na década de 1940. A ênfase da abordagem do livro era a área florestal nas adjacências de Goiânia e como esse processo de ocupação era abordado pela imprensa da nova capital. Também no artigo publicado na *Revista Inclusiones*, em 2018, intitulado "Goiânia e a urbanização do Oeste: demografia, fronteira agrícola, áreas verdes e mananciais", a ênfase foi dada ao projeto do arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, empregando os conhecimentos adquiridos do urbanismo francês e as propostas de áreas verdes para a nova capital de Goiás. Ver: Anderson Dutra e Silva; Carlos Christian Della Giustina; Sandro Dutra e Silva. "Goiânia e a urbanização do oeste: demografia, fronteira agrícola, áreas verdes e mananciais". *Revista Inclusiones* 5 (2018): 14-29. O artigo publicado em *Historia Crítica* avança essas discussões, à medida que procura analisar a relação entre Goiânia e a expansão para o Oeste sob a ótica da História Ambiental. Para tanto, utiliza-se de pesquisa documental muito mais complexa e rica em fontes e em originalidade. Além de fontes inéditas, o texto dialoga com outros atores como Armando de Godoi e os Irmãos Coimbra Bueno, que foram os responsáveis pela continuação e concretização do projeto de urbanização da nova capital. Além disso, apropria-se dos conceitos de William Cronon e do papel dos *boosters* em seus discursos sobre as potencialidades da nova capital em relação ao meio ambiente. Dessa forma, este artigo, diferentemente dos demais, traz como discussão o caminho historiográfico centrado nas seguintes questões: a) o papel da natureza na constituição, no discurso, no planejamento e na constituição do projeto urbano de Goiânia; b) as bases historiográficas e o uso de conceitos da historiografia ambiental norte-americana da fronteira. Muito mais do que o uso de F. J. Turner, procuramos utilizar referências do William Cronon, sobretudo nos discursos que envolvem a constituição dos *boosters* e articulistas que viam, nos recursos naturais, possibilidades para a constituição urbana de Goiânia; c) a inclusão de novos atores sociais nesse projeto e fontes inéditas, tanto documentais como visuais. Assim, entendemos que este trabalho é uma contribuição original, sobretudo na proposta do diálogo entre a relação urbana e rural para a história ambiental do Brasil Central, sempre vista pela ótica da fronteira agrícola.

documental baseado em relatórios técnicos de profissionais ligados à criação de Goiânia, jornais, livros, artigos publicados em cadernos científicos e que tratam da concepção da nova capital entre as décadas de 1930 e 1940, além de registros fotográficos, entrevistas e depoimentos de pioneiros, que compõem coleções especiais de diferentes arquivos e museus em Goiás e no Distrito Federal. A intenção desta pesquisa é identificar, nas fontes pesquisadas, as narrativas relacionadas aos divulgadores de Goiânia como a cidade símbolo do Oeste brasileiro e como as questões ambientais aparecem nos discursos dos “*boosters* do sertão” entre as décadas de 1930 a 1940.

Este artigo se estrutura em três partes. Primeiramente, faz-se a apresentação do contexto histórico da criação da cidade, em que se identificaram discursos que valorizavam as condições da natureza local como vantagens para a criação de uma “metrópole” moderna. Na segunda parte, evidencia-se a realidade da construção, em que o ímpeto do entusiasmo empreendedor contrastou com os obstáculos naturais que o sítio ofereceu. Por fim, analisam-se os planos urbanísticos e a dualidade entre diferentes estilos urbanos ideais e o pragmatismo dos construtores, os quais se preocuparam muito mais com o retorno econômico, tanto na venda de lotes quanto na promessa de negócios, do que no planejamento ordenado de uma cidade criada segundo os conceitos de modernidade.

1. A caracterização dos *boosters* com os recursos naturais

Cronon¹⁰, em seu estudo sobre o papel urbano de Chicago e a relação do centro urbano com os recursos naturais de *Great Plains*, descreve os *boosters* como os grandes divulgadores do desenvolvimento econômico da cidade. O modelo interpretativo utilizado por Cronon, com base em um processo de urbanização que ocorreu um século antes da construção de Goiânia, foi inspirador, à medida que alguns elementos relacionados à história da “conquista” da fronteira apresentam similitudes, guardadas as suas devidas proporções. Chicago experimentou um vertiginoso impulso econômico e um maciço investimento de empreendedores norte-americanos, que se apropriaram de diferentes recursos naturais como elementos propulsores do avanço do capital. Não apenas os investidores e empreendedores de diferentes setores produtivos de Chicago, mas também outros personagens que, dotados de capital simbólico, utilizavam determinados recursos naturais na descrição das potencialidades da cidade. Assim, a existência, mas ao mesmo tempo, o impacto da divulgação dessas potencialidades, favoreceu o afluxo demográfico e a expansão de investimento.

As potencialidades naturais no caso de Chicago (marcadas nos discursos da grande fertilidade do solo na região das grandes planícies, da navegabilidade dos rios e dos grandes lagos, a abundância de madeira das regiões ao norte e noroeste da cidade, dentre outros), foram descritas por Cronon¹¹ como os processos da “primeira natureza”. A “primeira natureza” foi um fator importante para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a exploração desses recursos naturais e para a transformação dessas potencialidades em riqueza e capital (segunda natureza).

A “primeira natureza” auxiliou para que os investimentos de capital permitissem o vertiginoso crescimento urbano, numa distinta relação histórica entre campo e cidade na expansão

10 William Cronon, *Nature's Metropolis*.

11 William Cronon, *Nature's Metropolis*.

demográfica para o Oeste. Assim é que Chicago foi apresentada por Cronon¹², como o portal de entrada para o grande Oeste e, ao mesmo tempo, o ponto convergente dos processos de contato econômico entre o polo capitalista do Leste e a grande fronteira. No centro da questão, está sempre uma região de destaque, a qual se deseja promover, e uma série de recursos naturais que possibilitariam o surgimento de uma cidade capaz de atrair pessoas e oportunidades.

Em seu estudo, Cronon¹³ considera que um dos mais importantes papéis exercidos pelos *boosters* norte-americanos no século XIX, na região de Chicago, foi o de identificar os recursos naturais como elementos fundamentais para o desenvolvimento e expansão do capital, seguindo a lógica da expansão da fronteira, numa interação entre os fenômenos rurais e urbanos. Esses arautos apontavam as potencialidades naturais da região (florestas, terras férteis, recursos hídricos, dentre outros) como riquezas naturais fundamentais para o desenvolvimento das estruturas econômicas necessárias para o conseqüente desenvolvimento urbano por meio das infraestruturas desenvolvidas (armazéns, ferrovias, canais de navegação, serrarias, comércio, indústria, dentre outros). A disponibilidade de áreas florestadas ao norte de Chicago favorecia o abastecimento das cidades do Grande Oeste com madeira necessária para as construções e lenha para a combustão. As pradarias, com escassez de madeira, poderiam absorver essa produção, oferecendo, por sua vez, pastagens e campos para o fornecimento de grãos, carne e outros produtos agrícolas para o abastecimento urbano. Ao mesmo tempo, também fornecia matéria-prima necessária para a indústria e o comércio entre as regiões leste e oeste dos Estados Unidos. Chicago, portanto, apresentava-se como esse grande entreposto urbano que, com sua importante rede hidroviária, ferroviária e rodoviária, concentrava investimentos, produção de riquezas e a integração Leste-Oeste.

Discurso semelhante ocorre no Brasil, no século seguinte, na expansão da fronteira para o Brasil Central. A proposta em analisar a construção de Goiânia, tendo como referência o papel dos recursos naturais em relação à nova capital e a sua relevância na marcha demográfica para a ocupação do Brasil Central, justifica-se por duas razões: (i) os chamados *boosters* da nova capital se apropriaram da natureza nos discursos de divulgação das potencialidades urbanas e econômicas de Goiânia; (ii) a partir da política de colonização implementada a partir de 1938 pelo governo federal, a nova capital assumirá a representação de cidade símbolo e a porta de entrada para o Grande Oeste.

Nesse contexto, a possibilidade da construção da nova capital suscitava, nos cidadãos goianos, ânimos entusiasmados e esperanças de desenvolvimento mesmo antes de seu projeto e construção. Já no início da década de 1930, logo após o período conhecido como “Era Pedro Ludovico em Goiás (1930-1945)”, algumas personalidades já defendiam a mudança da capital e os possíveis locais para o recebimento de sua sede. Em uma publicação feita no dia 27 de fevereiro de 1931, no jornal *Voz do Povo*, sediado na então capital cidade de Goiás, o engenheiro Carlos Haas¹⁴ apresentava os seus argumentos ao vislumbrar a mudança da capital para a região de terras férteis e de grande recurso florestal, conhecida como o Mato Grosso de Goiás (mapa 1). Essa grande área de

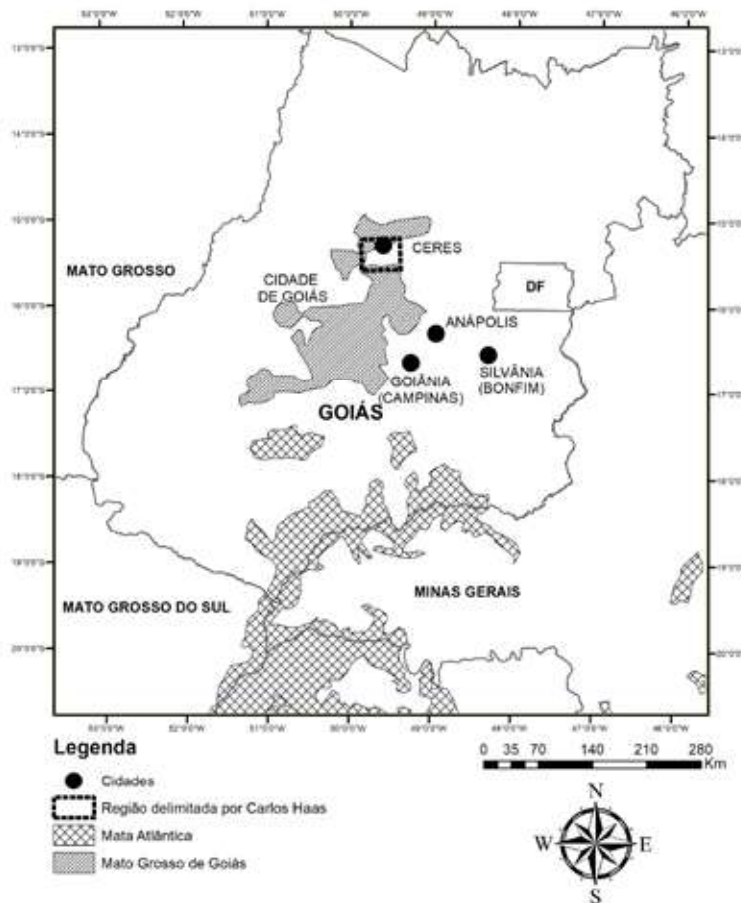
12 William Cronon, *Nature's Metropolis*.

13 William Cronon, *Nature's Metropolis*.

14 Carlos Haas, “Ligeiras considerações acerca da mudança da capital do Estado de Goyaz. Memorial apresentado a Sua Excelência Dr. Pedro Ludovico Teixeira, D.D. Interventor Federal no Estado de Goiaz pelo Engenheiro Civil Carlos Haas, residente em São Francisco das Chagas”. *Voz do Povo*, Goiaz, Capital, Anno V, n.º 186, 27 de fevereiro de 1931. Biblioteca Nacional Digital, Fundação Biblioteca Nacional, <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

floresta tropical era descrita pelo engenheiro como o local privilegiado para a instalação do projeto urbano de Goiânia. No centro do seu discurso, a natureza figurava como elemento determinante na defesa dos ideais mudancistas, ao mesmo tempo que afirmava que um processo inicial de ocupação pioneira já ocorria nessas matas. Haas afirmava que “à borda da zona da mata, no entanto, já se nota um incremento salutar da lavoura em geral e na formação de extensas pastagens”¹⁵. Essa descrição, feita no início da década de 1930, evidenciava um processo histórico que acontecia já na região de floresta tropical, acompanhando a dinâmica da expansão da fronteira agrícola¹⁶.

Mapa 1. O Mato Grosso de Goiás, com destaque em círculo sobre a região indicada por Haas para receber a nova capital de Goiás em 1931



Fonte: Mapa desenvolvido pelos autores com base no mapa de vegetação do Brasil, com o auxílio de João Maurício F. Sousa. MMA 2017.

15 Carlos Haas, “Ligeiras considerações”.

16 Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.

Desde a expansão da rede ferroviária em Goiás¹⁷, que teve início na primeira década de século XX, uma onda de pioneiros, que buscavam matas de primeira classe para a atividade agrícola, encontraram nessa região a disponibilidade de terra fértil e livre, doadas pelo governo goiano para a colonização agrária¹⁸. Assim, os 20.000 quilômetros quadrados de floresta tropical que compunham o Mato Grosso de Goiás apareciam nos discursos de Haas como uma das razões pelas quais ele advogava a mudança da capital para as matas de São Patrício, na porção norte dessa grande floresta. O curioso é a relação que esse divulgador da mudança da capital faz entre as potencialidades dos recursos naturais e a exuberância natural da região com as possibilidades de ocupação urbana e agrícola, destacadas no seguinte trecho de seu argumento: “onde hoje imperam a onça e o tapir virão a ser umas das zonas mais populosas e mais ricas do Brasil”¹⁹. Ou seja, o texto de Haas apresenta a descrição de uma fauna típica da floresta tropical e a expansão da fronteiras demográfica. Assim, ele argumenta como se defendesse que o território outrora dominado pela *wilderness*²⁰ seria conquistado pela civilização e urbanização. A natureza (primeira natureza), nos discursos de Haas, louvava a abundância desses recursos naturais e os processos de expansão pioneira que já acontecia na região (segunda natureza).

A cidade de Goiás, antiga capital do estado, esculpida às margens do rio Vermelho por influência da mineração de ouro nos séculos XVIII e XIX, fora outrora símbolo da aventura bandeirante²¹ e da sua ousadia em desbravar montes, rios e matas do Planalto Central. No entanto, essa localidade aparecia nos discursos mudancistas como núcleo urbano atrasado, insalubre e desprovido das potencialidades em tornar-se uma capital “moderna”²². Os discursos mudancistas faziam ressurgir esse espírito bandeirante, presente, sobretudo, nas narrativas de conquista da natureza. A presença, ainda perturbadora, de regiões selvagens e inexploradas, reforçava, nos discursos,

17 A expansão ferroviária em Goiás tem início na primeira metade do século XX e suscitou importante debate entre a elite dominante em Goiás, sobre os efeitos da integração ou autonomia baseada no isolamento. Sobre esse assunto, ver: Barsanulfo Gomides Borges, *O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais* (Goiânia: Cegraf, 1990).

18 Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.

19 Carlos Haas, “Ligeiras considerações”, 4.

20 Roderick Frazier Nash, *Wilderness and the American Mind* (New Haven / Londres: Yale University Press, 1982). Embora o conceito de *Wilderness* no pensamento ambiental norte-americano esteja muito vinculado à conversão e à proteção da natureza, o termo também indicava os espaços da fronteira dominado pelo mundo natural. Dessa forma, esse conceito se aproxima muito do conceito de “sertão”, amplamente utilizado no pensamento social brasileiro até a metade do século XX. Ver: José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, “Wilderness and the Brazilian mind (I): Nation and Nature in Brazil from the 1920s to the 1940s”. *Environmental History* 13 (2008): 724-750; Sandro Dutra e Silva *et al.*, “O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental”. *História, Ciências, Saúde* 24, n.º 1 (2017): 93-110. Do final da década de 1930 em diante, os discursos de colonização abandonaram o conceito de “sertão” em detrimento do conceito de “oeste”, em alusão ao movimento de deslocamento em direção ao *hinterland* brasileiro. Ver: Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.

21 Os bandeirantes foram desbravadores que faziam o trajeto entre o litoral e o interior do Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, e tratados de diferentes formas pela historiografia brasileira, ora como heróis, ora com vilões. Ver: Evans e Dutra e Silva, “Crossing the Green Line”.

22 Nasr Fayad Chaul, “Goiânia: a capital do Sertão”. *Revista UFG* XI, n.º 6 (2009): 100-110; Celina Fernandes Almeida Manso, *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea — Um certo olhar* (Goiânia: Edição do Autor, 2001).

o legado do bandeirismo histórico, descrito como adormecido, mas que renascia ao vislumbrar tantas riquezas “desperdiçadas”²³.

A documentação pesquisada não trouxe maiores informações sobre o engenheiro Carlos Haas, sua biografia e o seu papel em relação à mudança da capital, mas é nítido o seu posicionamento sobre a escolha da área para a sede da nova capital. Seu memorial se baseou em condicionantes como clima, baixa declividade, boa insolação e ventilação, além de propor uma população provável de 50.000 habitantes. É possível que tais descrições tenham servido de base para o contrato firmado entre o governo de Goiás e o urbanista Attilio Corrêa Lima²⁴.

A defesa de Haas para a região florestal, exaltando a fertilidade das terras do Mato Grosso de Goiás, alinhava-se à visão empreendedora do sonho urbano no Oeste. A principal atividade econômica descrita no início dos anos de 1930 em Goiás era a pecuária. A distribuição da produção agrícola aos mercados consumidores mais importantes do país ocorria de forma bastante limitada²⁵. O engenheiro Haas também acreditava que, com a criação da nova cidade nas proximidades das “terras mais férteis, talvez, do Brasil inteiro”, o estado de Goiás “viria a ser, em muito breve, um dos maiores produtores não somente de gado empastado, mas também de café”²⁶.

Apesar de todo o seu esforço em publicar o seu ponto de vista sobre o possível local para a sede urbana de Goiânia, o engenheiro não figurou entre os escolhidos para compor a subcomissão de escolha do local para a nova capital. Mendonça²⁷ apresenta uma hipótese da sua exclusão, baseada no fato de que Haas insistia em defender a construção da nova capital na região do Mato Grosso de Goiás, o que desagradava os interesses do interventor Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), o qual defendia a região de Campinas, à borda oeste da grande floresta, como evidenciado nos documentos, conforme veremos adiante.

Mesmo não sendo escolhida como a região para a construção da nova capital, o Mato Grosso de Goiás assumiria, na década de 1940, um papel importante na relação entre a nova capital e as áreas de expansão agrícola e demográfica. Podemos perceber a sua importância nos discursos do governador Jeronimo Coimbra Bueno (1910-1996), outro importante personagem na divulgação dos recursos naturais do Brasil Central a partir de Goiânia e sua conexão com as áreas florestadas do Mato Grosso de Goiás. No entanto, durante o período em que Coimbra Bueno atuou como governador de Goiás (1947-1950), ele defendia a conexão e abertura de estradas entre a capital e a área florestal, chamada em seus discursos como “Zona da Mata de Goyaz”. Neles, por várias vezes, a região florestada foi destacada pelo incremento demográfico da expansão colonizadora das terras férteis da região. Em seu discurso de 15 de abril de 1948, relativo ao relatório das atividades realizadas em 1947, ele registra que o avanço do plano rodoviário para essa região de “inestimável valor” estava em andamento, “para ser aí fomentada, em larga escala, a produção, principalmente do café,

23 José de Alcântara Machado Oliveira, *Vida e morte do bandeirante* (São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1929); Alfredo Ellis Junior, *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936); Affonso Taunay, *História das bandeiras paulistas* (São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951); Cassiano Ricardo, *Marcha para o oeste: A influência da bandeira na formação social e política do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959).

24 Attilio Corrêa Lima, “Goiânia: a nova capital de Goiás”. *Arquitetura e Urbanismo* (1937): 140-146.

25 David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889* (Stanford: Stanford University, 2006); Manso, *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea*.

26 Carlos Haas, “Ligeiras considerações”, 4.

27 Jales Guedes Coelho Mendonça, “A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas”. *Mosaico* 2, n.º 2 (2009): 175-189.

arroz, milho, feijão, cana de açúcar, trigo e algodão”²⁸. E, ainda, reforçava a fertilidade do solo do Mato Grosso de Goiás, “a mais fértil, e uma das melhores do Brasil”²⁹.

Embora o conceito de *booster* em William Cronon³⁰ estivesse também muito associado ao conceito clássico do empreendedor, sobretudo dos empresários do setor imobiliário e agroindustriais em Chicago, em Goiás, a agressividade especulativa não foi explicitada de forma tão óbvia. No caso goiano, as primeiras manifestações em relação ao papel dos *boosters* estiveram associadas às disputas relacionadas à escolha do local mais apropriado para a construção da nova capital, como evidenciado no documento do engenheiro Carlos Haas³¹. Esses primeiros registros têm o seu valor histórico, sobretudo na descrição das condicionantes ambientais envolvidas na defesa do local escolhido. No entanto, no processo da definição da área escolhida e durante a construção da nova capital, outros discursos procuraram reforçar o papel da natureza no projeto político e urbano de Goiânia. Destacamos como atores dessa nova divulgação o médico interventor e administrador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira; o engenheiro Armando Augusto de Godoy (1876-1944); o engenheiro, empreendedor e político Jeronymo Coimbra Bueno; e o próprio Presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954). Em primeiro momento, esses divulgadores se apresentavam mais como políticos e técnicos. Mas, mais à frente na história, vê-se que os irmãos Coimbra Bueno incorporaram funções políticas e econômicas, ocupando cargos do executivo estadual, ao mesmo tempo que comercializavam lotes que iam sendo disponibilizados. Nesse momento, a dupla se assemelha aos *boosters* de Chicago, tanto na divulgação de negócios como na adoção de um discurso apoiado na “garantida de sucesso”.

Essas personagens são emblemáticas em vários sentidos, mas principalmente na relação que estabelecem entre si, durante o processo da concepção urbanística e do modelo urbano, da escolha do local para sediar a nova capital e dos projetos de desenvolvimento ligados à relação entre o urbano e o rural no Brasil Central. Os discursos e as atuações públicas dessas personagens aproximam visões de modernidade, modernismo e modernização³², ao importar um modelo arquitetônico e urbanístico para essa cidade do *hinterland* brasileiro³³ e, ao mesmo tempo, apropriam os discursos da Marcha para o Oeste, relacionando a expansão demográfica às oportunidades pessoais de comercialização de terras ou de introdução de projetos vinculados ao setor produtivo agropecuário. No entanto, em ambos os casos, a cidade figurava como o centro catalizador das transformações da “primeira natureza”, cujos recursos naturais eram abundantes na fronteira. Assim como em Chicago, em Goiás, o papel dos *boosters* transpunha as demarcações do projeto

28 Jeronymo Coimbra Bueno, “Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1948, pelo governador Jeronymo Coimbra Bueno, datada de 15 de abril de 1948”. República dos Estados Unidos do Brasil, *Diário Oficial*, Assembleia Legislativa, Ano 111, Goiânia, Segunda-feira, 3 de maio de 1948, número 5.620. Viação e obras públicas, 17.

29 Jeronymo Coimbra Bueno, “Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa”, 17.

30 Cronon, *Nature's Metropolis*.

31 Carlos Haas, “Ligeiras considerações”.

32 Marshal Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar — A aventura da modernidade* (São Paulo: Companhia de Letras, 1986).

33 *Hinterland*, que é uma palavra muito utilizada por Cronon em sua discussão sobre Chicago, era uma das palavras-chave dos discursos relacionados à expansão da fronteira agrícola e demográfica para o Brasil Central. Esse foi um termo usado tanto nos discursos do presidente Getúlio Vargas como também por outros articulistas do Estado Novo (1937-1945). Ver: Lenharo, *Sacralização da política*, 44; Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.

civilizador da fronteira³⁴, mas fundamentava-se na expansão urbana e rural e na interconexão entre esses dois mundos.

2. Os campos cerrados e o projeto da nova capital goiana

A natureza com elemento principal de promoção da metrópole teve papel importante na escolha do local onde se situaria a nova capital. Durante o governo do interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1930-1945), foi nomeada a comissão para a escolha do local que deveria sediar a cidade. Essa comissão se reuniu pela primeira vez na cidade do Bonfim (atual Silvânia), no dia 3 de janeiro de 1933. Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado, em 23 de outubro de 1891. Seguindo os passos do seu pai, João Teixeira Álvares, cursou medicina no Rio de Janeiro, retornando, em 1916, a Goiás. Em 1930, fez parte do grupo goiano que participou do movimento revolucionário de 1930 e, com a vitória dos apoiadores de Getúlio Vargas, ele foi nomeado como interventor de Goiás. Permaneceu no governo até 1945, sendo substituído na interventoria cinco dias após a queda de Getúlio Vargas. Foi eleito senador em 1945 para um mandato de oito anos, permanecendo até 1950, quando foi eleito governador por Goiás. Em 1954, reelegeu-se como senador e, por meio de outras reeleições, permaneceu no senado até 1969.

O principal legado na trajetória política de Pedro Ludovico foi a sua atuação na mudança da capital, na escolha do local para sediar a cidade de Goiânia. Dentre os requisitos apresentados para a escolha do sítio, a comissão destacou a proximidade com a estrada de ferro, a abundância de água e a topografia “favorável” (pontos destacados pelo Memorial de Carlos Haas, em 1931). Uma subcomissão, formada por João Argenta, Jerônimo Fleury Curado e Laudelino Gomes de Almeida, foi designada para estudar em campo os locais previamente escolhidos e apontar critérios técnicos à comissão para a escolha definitiva. Envoltos em “manobras políticas” e “jogos de cena”, foi escolhida a região próxima da localidade de Campinas ao invés de Bonfim³⁵.

A região escolhida atendia as preferências de Pedro Ludovico, que preferiu a região de Bonfim, que era mais do gosto do arcebispo Dom Emanuel. Mesmo com tal controvérsia, tendo na figura do governador uma decisão impositiva (embora atestada pelo relatório da comissão), os discursos relacionados à escolha na região de Campinas utilizavam como justificativa as potencialidades relativas aos recursos naturais. Ainda que tenha sido usado para justificar uma preferência política, não se pode ignorar que o sítio possuía elementos “fundamentais” ao desenvolvimento “natural” da metrópole (argumento dos *boosters*), apesar de terem servido como mera justificativa. De acordo com Mendonça³⁶, Campinas já havia sido escolhida mesmo antes da nomeação da comissão. Um primeiro laudo lançava a escolha sobre Bonfim. Sob as pressões de Pedro Ludovico, a subcomissão confirma a região de Campinas, conforme a Ata da comissão da escolha da capital, de 20 de dezembro de 1932³⁷, a qual se achava nas proximidades da região do Mato Grosso de Goiás, que já recebia um fluxo migratório na década de 1930. O relatório exaltava a topografia, decrita como a mais apropriada e bela “para construção de uma cidade urbanisticamente moderna, num vasto

34 Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History*.

35 Mendonça, “A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas”.

36 Mendonça, “A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas”.

37 Oscar Sabino Junior, *Goiânia documentada* (São Paulo: Edigraf, 1960), 59-68.

perímetro de terras ótimas para cultura, todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade”³⁸.

Após os esforços de Pedro Ludovico para garantir sua escolha por Campinas, era necessário dar início aos trabalhos. O nome do engenheiro Armando Augusto de Godoy surge como escolhido para ser o autor do projeto da capital. Em 1932, o engenheiro visita o local de campos cerrados, próximo à localidade de Campinas e às bordas da grande floresta tropical, escrevendo ao interventor em 1933 as suas impressões sobre a escolha do local³⁹. No entanto, ele declina do convite feito por Pedro Ludovico, alegando que, naquele momento, ele não teria agenda disponível para a realização do projeto para a nova capital⁴⁰. A escolha feita pela subcomissão foi endossada por Godoy em carta-relatório endereçada ao interventor em 24 de abril de 1933⁴¹. Além dessas evidências, Mendonça⁴² acrescenta outra fonte, que foi uma entrevista dada por Laudelino Gomes de Almeida, ligado a Ludovico por parentesco e pela política, ao jornal paulista *Diário Popular*, em 1932, na qual afirma ser “Campininhas” o local mais adequado para a transferência da capital.

Com a recusa de Godoy, a realização da tarefa de planejar a construção de Goiânia ficou a cargo do arquiteto Attilio Correa Lima (1901-1943), formado pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1925. Dentre os pontos favoráveis para a escolha do arquiteto para o desenho urbano da nova capital de Goiás, destacava-se o fato de ele ser o único com formação em urbanismo em atividade no Brasil naquele momento. Correa Lima havia estudado entre 1927 e 1930 no Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris. Em 1932, ele recebeu o convite para a realização do projeto urbano de Goiânia, momento em que não havia uma decisão definitiva sobre o local que iria abrigar a nova capital. Não fica explícito nos documentos, mas tudo indica que Correa Lima não teve influência sobre a escolha da região de Campinas, mas prevaleceu a preferência do governador sobre a área de campo cerrado. Essas referências ambientais são importantes, não apenas por questões relacionadas às distinções das paisagens⁴³, mas também por questões econômicas ligadas às condições urbanas e aos recursos naturais. Se, por um lado, a região do Mato Grosso de Goiás apresentava sua vocação eminentemente agrícola, a região dos cerrados oferecia condições mais adequadas para a ocupação urbana, tais como o relevo plano e os solos profundos. Além disso, a utilização de áreas de campo, com menor densidade arbórea e o menor porte das árvores de cerrado, tornaria menos oneroso do que o desmatamento das áreas florestais (Figura 1). Nesse sentido, a escolha de uma área de campo (campinas) representava

38 Em 4 de março de 1933 foi apresentado um relatório no qual indicava como a melhor área para a instalação da nova capital a região de Campinas em detrimento da região de Bonfim, indicada no relatório anterior. Ver: Mendonça, “A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas”; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (em diante, citado IBGE), *Goiânia: Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942), 12.

39 Armando Augusto de Godoy, “Relatório sobre a conveniência da mudança da capital”. Em *Goiânia: Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942), 13-30.

40 Sabino Junior, *Goiânia documentada*; Tânia Daher, “O projeto original de Goiânia”. *Revista UFG* 11, n.º 6 (2009): 77-91.

41 Godoy, “Relatório”.

42 Mendonça, “A queda de Bonfim”.

43 Claudia Maria Leal Leon *et al.*, “Territórios e paisagens na América Latina”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 6, n.º 1 (2017): 12-21.

vantagens estratégicas, tanto pelo custo menor, mas também por estar próximo de áreas de floresta tropical que já estava sendo ocupada pela expansão agrícola.

O registro fotográfico⁴⁴ da década de 1930 evidencia as paisagens campestres da área que receberia a nova capital, com áreas dominadas pelas gramíneas, pelos pequenos arbustos característicos de áreas de campo cerrado, bem como pelo trabalho do arquiteto Correa Lima no reconhecimento do território. Ele recebeu, do governo goiano, a missão de projetar uma cidade que deveria abrigar uma população em torno de 50.000 habitantes. Os trabalhos de topografia se iniciaram logo após a definição da área de Campinas, conforme o relatório elaborado pela subcomissão chefiada pelo engenheiro João Argenta⁴⁵. O projeto urbanístico de Correa Lima considerava a topografia plana das áreas campestres do cerrado, além de outras questões ligadas aos recursos hídricos e florestais da região, que acabaram por influenciar no seu projeto. Áreas verdes e proteção dos mananciais apareciam em seu projeto original. No ano de 1935, ele estabelece as diretrizes para o primeiro Plano Diretor de Goiânia, justificando suas decisões de projeto e suas indicações para o desenvolvimento da cidade⁴⁶.

Figura 1. Attilio Corrêa Lima (centro) demarcando o ponto central de Goiânia em áreas de campo cerrado. Goiânia-GO, 1932



Fonte: Autor desconhecidoCortesia do Museu da Imagem e do Som, Acervo Museu da Imagem e do Som, Goiânia (em diante, citado MIS).

44 A data de 1937 foi informada pelo MIS. No entanto, o artigo escrito por Diniz apresenta documento do acervo particular da família Corrêa Lima, em que se faz registro manuscrito do ano de 1932. Ver: Anamaria Diniz, “Goiânia: Modernismo periférico”. *Revista Estética e Semiótica* 7, n.º 1 (2017): 101-114.

45 Sabino Junior, *Goiânia documentada*.

46 Sabino Junior, *Goiânia documentada*.

Também em 1937, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), em sua viagem pela região de Goiás, descreve com certo pessimismo o projeto urbano da nova capital. Em seu registro, Lévi-Strauss questionava o isolamento da região escolhida, que não contava com os trilhos da ferrovia (que chegaram em Anápolis, o principal centro agrícola da região, em 1935), nem uma rodovia digna, mas apenas uma estrada rudimentar para carroças. No que se refere às paisagens campestres, ele afirmava ser um espaço privilegiado para a criatividade dos urbanistas, afirmando que, como “não havia por lá nenhum acidente natural para importunar os arquitetos, estes puderam trabalhar no local como se estivessem trabalhando na planta. Desenharam na terra o traçado da cidade...”⁴⁷. Ele continua sua descrição informando que os jornais da época divulgavam anúncios publicitários que prometiam, ao comprador de lotes, serviços e comodidades, como se a cidade já houvesse sido efetivamente construída e em plena atividade. O que o autor presenciou, no entanto, foram imagens de um sítio quase desocupado, com poucas edificações. Diferentemente do que se propagava na imprensa, o vazio contrapunha com os postes de eletricidade fincados no chão, enquanto, na “terra esfolada e queimada pelo sopro do monstro, esperava-se para ver os homens crescerem”⁴⁸.

Essa visão pessimista de Lévi-Strauss tem relação com as orientações feitas pelo engenheiro Armando de Godoy, em sua carta-relatório endereçada ao interventor Pedro Ludovico Teixeira em 24 de abril de 1933, em que concordava com o relatório da subcomissão em relação à escolha do sítio para a construção de Goiânia. No entanto, o texto não tem a carga pessimista do antropólogo francês, anos depois, mas aponta alguns indícios sobre o papel das estradas e vias de comunicação para o desenvolvimento urbano. O seu texto exalta a iniciativa de construir uma nova capital, reforçando que esse serviço seria fundamental para que o desenvolvimento futuro de Goiás. Sobre a relação entre o desenvolvimento regional e os recursos naturais o engenheiro afirmava que suas “riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna”⁴⁹.

Nessa carta-relatório, o engenheiro apresentava as suas justificativas sobre o papel das cidades no desenvolvimento das potencialidades econômicas a serem obtidas. O texto ainda criticava as “cidades do passado”, as quais, segundo o Godoy, eram erguidas para satisfazer a ostentação das oligarquias agrárias. Em sua oposição, a modernização era necessária e as bases agrárias deveriam dialogar com o novo projeto urbano que emergia nas sociedades ocidentais “graças à evolução social e à circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial”⁵⁰. Godoy procurou referenciar os seus argumentos tomando como exemplo o modelo urbano das cidades norte-americanas. Nesse sentido, o engenheiro utilizou Chicago como exemplo de sucesso na relação entre a produção agropecuária, a capacidade de abastecimento e a comercialização, que seriam características eficazes para o projeto da nova capital de Goiás. Godoy chama atenção para o exemplo “eloquente” de Chicago, que, “graças às inúmeras vias de comunicação que dela

47 Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), 117.

48 Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*, 118.

49 Godoy, “Relatório”.

50 Godoy, “Relatório”.

partem, teve a sua população, [...] há perto de oitenta anos, elevada acima de três milhões em menos de um século⁵¹.

As críticas de Lévi-Strauss em 1937, nesse sentido, são pertinentes, pois já haviam-se passado quatro anos desde a carta de Godoy, e a cidade continuava ainda em uma fase muito inicial e precária. O que também não pode ser descartado nessa carta é a preocupação de Godoy com os meios de transporte e interconexões do centro urbano. Além de citar o caso de sucesso de Chicago, ele também faz referências a Belo Horizonte. Segundo o engenheiro, era fundamental que o governo goiano se espelhasse no modelo da nova capital mineira, cujos processos de desenvolvimento econômico e urbano somente ocorreram a partir do momento em que um conjunto de estradas foram construídas, ligando a capital às regiões mais produtivas do sudeste brasileiro. Essa ligação viária foi importante em vários sentidos, mas principalmente na valorização imobiliária de Belo Horizonte. Em suas palavras, a “valorização dos lotes foi rápida, sem paralelo em outras cidades mineiras, tendo produzido várias fortunas a venda dos terrenos”⁵².

No caso das reais possibilidades de valorização imobiliária para Goiânia, Godoy advertia que deveria ser fundamental o controle do governo na comercialização dos lotes urbanos. Essa medida, segundo seu argumento, visava ao controle sobre a exploração de particulares e reverteria os recursos à construção de edifícios públicos tão necessários à administração de governo. Em sua opinião, o interventor deveria não apenas comercializar, mas, também, promover as construções de forma ordenada e harmônica. Porém, em seu relatório, ele utiliza o termo “valorização”, que, na verdade, está mais ligado às relações do mercado imobiliário do que ao planejamento por parte do Estado. Embora sua preocupação seja na garantia de recursos aos cofres públicos para serem investidos em uma cidade bem planejada, tal possibilidade também aguçaria a fome financeira dos donos de terras e, principalmente, dos empreendedores que acumularam funções duplas (administração pública e comercialização de lotes).

Ao citar Chicago, Godoy nos leva de volta à análise de William Cronon sobre o papel dos *boosters*, que, ao invés de transmitir pessimismo, devem transmitir sua mensagem com muita convicção, ofertando aos investidores o sucesso do empreendimento. Cronon atesta que os *boosters*, quase sempre, apresentam uma lista de supostas “vantagens naturais” que transmitem a impressão de que a futura cidade teria todas as possibilidades naturais a seu favor. Em suas palavras, os *boosters* “believed that climate, soils, vegetation, transportation routes, and other features of the landscape all pointed toward key locations that nature had designated for urban greatness”⁵³.

3. Os planos urbanísticos da nova capital

Conforme apresentado anteriormente, a região plana e de campos cerrados foi escolhida para a nova capital, ficando os trabalhos a cargo do arquiteto Attilio Correa Lima. Por meio do decreto 3.547 de 6 de julho de 1933, Pedro Ludovico oficializa a contratação do arquiteto, o qual era representante da empresa P. Antunes Ribeiro e Cia.⁵⁴. As primeiras impressões de Goiás para o arquiteto

51 Godoy, “Relatório”.

52 Godoy, “Relatório”.

53 Cronon, *Nature's Metropolis*, 35.

54 Sabino Junior, *Goiânia Documentada*.

com formação na Europa não foram das mais positivas. Em um artigo publicado em 1937, intitulado “Goiânia: a Nova Capital de Goiás”, Corrêa Lima, descrevia o seu desafio em construir uma cidade moderna em uma região que ele descrevia como a representação do Brasil agrário, distante, isolado e atrasado⁵⁵. Nesse artigo, ele descreve, com pouca alteridade, a presença de comunidades indígenas, cujas práticas rudimentares de vida eram próprias da “idade da pedra polida”. O grande desafio para o arquiteto, nesse contexto, era a constituição de uma cidade, cujo teor de modernidade permitisse a modernização de toda essa região. Os argumentos de Corrêa Lima sobre o papel social das cidades evidenciam a reprodução do modelo civilizador. Diferente do sentido da fronteira em Turner⁵⁶, em que a *wilderness* coloniza o pioneiro, o modelo trazido por Corrêa Lima é o da importação estética da modernidade, muito evidente no estilo *Art Déco* dos seus edifícios projetados para Goiânia. Também reforça essa vontade de reprodução, tendo o modelo urbano como “padrão, onde outros satélites se espelham”⁵⁷, por isso mesmo é que os antigos designavam esses lugares como metrópoles.

O urbanista havia se mudado com a família para Goiás em 1933, produzindo o primeiro esboço do projeto urbanístico de Goiânia. Além do projeto urbano, o arquiteto havia sido indicado para a coordenação dos trabalhos na construção da nova capital. No entanto, ele não permaneceu em Goiânia até a entrega definitiva das obras. Em abril de 1935, rompe-se o seu contrato com o estado antes da conclusão dos edifícios e com boa parte das obras atrasadas devido a greves e dificuldades na obtenção de materiais⁵⁸.

Outro fator que favoreceu a saída de Corrêa Lima do projeto urbano de Goiânia foi a presença dos irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno. A dupla, que havia sido contratada para vistoriar as obras, obteve mais privilégios contratuais que Corrêa Lima, recebendo, entre outros benefícios, lotes como pagamento por seus serviços⁵⁹. Geraldo Teixeira Álvares⁶⁰, irmão de Pedro Ludovico Teixeira, afirma que o então governador insistiu para que os engenheiros assumissem a construção da capital. Segundo o autor, o idealizador da cidade temia por não ver a realização de seus esforços devido às constantes greves e à falta de materiais de construção. Por força da insistência, o contrato entre o governo goiano e Attilio Corrêa Lima foi quebrado, ficando a construção de Goiânia e a procuração sobre a venda dos lotes a encargo da empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda, administrada pelos irmãos Coimbra Bueno⁶¹.

Em substituição a Corrêa Lima, retornou-se ao nome de Armando Augusto de Godoy, cotado inicialmente, conforme apresentado. Ele formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1903. O engenheiro teve uma importante atuação como urbanista, tendo trabalhado com o francês Alfred Agache na elaboração do plano diretor do Rio de Janeiro na administração do prefeito Prado Junior, entre 1927 e 1930. Teve artigos publicados em importantes revistas de engenharia e urbanismo entre 1930 e 1940, e sua carreira foi marcada pelo

55 Corrêa Lima, “Goiânia: a nova capital de Goiás”.

56 Turner, *The Frontier in American History*.

57 Corrêa Lima, “Goiânia: a nova capital de Goiás”, 63.

58 Genilda D’arc Bernardes, “O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho”. *Revista UFG XI*, n.º 6 (2009): 37-51; F. Itami Campos, “Operários na construção de Goiânia”. *Jornal Opção*, 24 de outubro de 1980; Sabino Junior, *Goiânia documentada*.

59 Anamaria Diniz, “Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): Ideal estético e realidade política” (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007).

60 Geraldo Teixeira Álvares, *A luta na epopeia de Goiânia* (São Paulo: Gráf. Jornal do Brasil, 1942).

61 Teixeira Álvares, *A luta na epopeia de Goiânia*.

intercâmbio entre urbanistas brasileiros e estrangeiros. Em Goiânia, assumiu o cargo de urbanista, e sua principal atuação era a de prestar consultoria para o escritório Coimbra Bueno & Cia. Ltda.

Godoy manteve, até certo ponto, o traçado original do projeto elaborado por Corrêa Lima. Porém, interessado em recentes visões de planejamento urbano e influenciado por visita aos Estados Unidos, lançou um novo desenho para os setores sul e norte da cidade, baseado nas suas novas concepções do espaço urbano⁶². O plano de Goiânia projetado pelo arquiteto Corrêa Lima (1933-1935), muito influenciado pelo urbanismo francês, procurou preservar as paisagens naturais, como a região de buritizais (Figura 2), onde posteriormente foi criado o parque urbano denominado de “Bosques dos Buritis”. Também desenhou praças e vias ajardinadas no modelo francês.

Figura 2. Vista dos buritizais que compõem o parque urbano dos Bosque dos Buritis, 1937.



Ao fundo, o Palácio das Esmeraldas

Fonte: Fotografia de Alois Feichtenberger. Cortesia MIS.

O engenheiro Godoy, no segundo plano urbanístico de Goiânia (1938), manteve esses traços e paisagens naturais na parte central da cidade, adotando, especialmente no projeto do Setor Sul, a referência do modelo anglo-saxão de cidades-jardim. Esse modelo, em Godoy, representava o símbolo do desenvolvimento econômico e urbano norte-americano. Dessa forma, o desejo de trazer para o *hinterland* brasileiro uma metrópole, aos moldes da Nova Inglaterra, não pode ser desprezado, quando consideramos o plano urbano e a evolução deste ao longo das décadas de 1930 e 1940.

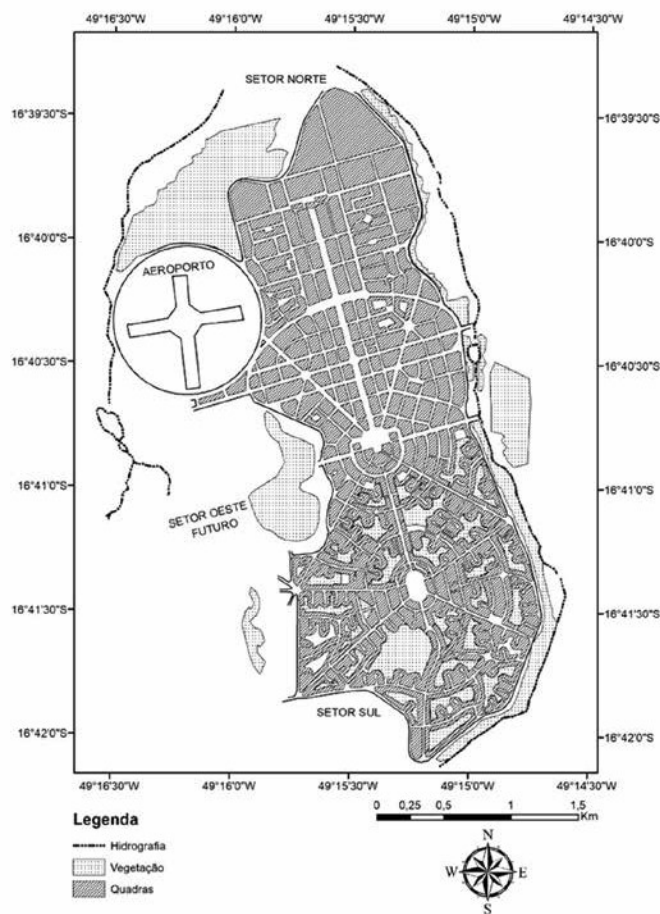
O principal legado de Godoy foi o traçado do Setor Sul, que substituiu as quadras em forma de xadrez por linhas sinuosas e generosas áreas verdes (mapa 2), inspirando-se nas cidades-jardim propostas pelo inglês Ebenezer Howard (1850-1928)⁶³. Elas tinham como conceito principal o resgate da qualidade de vida urbana depreciada pelo crescimento da indústria (principalmente na Europa) e na utilização comunitária do solo urbano. No caso do segundo urbanista de Goiânia, esse modelo de urbanismo

62 Manso, *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea*.

63 Nicolas Vernet e Anne Coste, “Garden Cities of the 21st Century: A Sustainable Path to Suburban Reform”. *Urban Planning* 2, n.º 4 (2017): 45-60; Ebenezer Howard, *Cidades-Jardim de Amanhã* (São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana / Hucitec, 1996).

serviu somente como exemplo estético, uma vez que defendia (assim como Corrêa Lima) que a “cidade moderna” seria o local propício para a indústria (contrariando os ideais de Howard que creditava a decadência das cidades à industrialização), como havia afirmado na sua carta-relatório de 1933. Também apresentava uma contradição de estilos ao propor o modelo inglês, que tirava partido da topografia mais acidentada, ao lado do modelo francês de Corrêa Lima, mais adaptado às superfícies mais planas⁶⁴.

Mapa 2. Planta de Goiânia elaborada pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda, 1938, sob a consultoria de Armando Augusto de Godoy



Fonte: IBGE, 1942 (adaptado pelos autores).

Segundo registrado por Alvares⁶⁵, até a primeira metade da década de 1930, a região ainda não havia experimentado a intensificação das obras e que, em 1934, a nova capital não passava de “uma vasta

64 Daher, “O projeto original de Goiânia”.

65 Teixeira Alvares, *A luta na epopeia de Goiânia*.

campina, inteiramente virgem de quaisquer recursos materiais ou pessoais⁶⁶. A partir da segunda metade da década de 1930, o sonho dos *boosters* goianos começa a tomar forma efetivamente. As obras transformavam a rotina do sítio pioneiro. A entrada de Godoy e sua participação junto aos irmãos Coimbra Bueno traziam um novo ânimo para o projeto urbano, mas, ao mesmo tempo, os desafios eram conseguir recursos necessários para dar continuidade ao projeto. A chegada de operários também era reponsável para mudança nas paisagens do cerrado. Alojamentos provisórios foram construídos para os trabalhadores, de forma ainda muito rudimentar, construídos em madeira e palha⁶⁷.

Havia, em desfavor dos engenheiros, as dificuldades de transporte. As rodovias, descritas Godoy e Corrêa Lima como fundamentais ao desenvolvimento da região, careciam de muitas melhorias. Na realidade, as estradas eram muito rudimentares, fator histórico do isolamento comercial de Goiás pelas características geográficas do Planalto Central brasileiro⁶⁸. A ferrovia já estava em funcionamento desde a primeira década do século XX, porém se limitava à parte sudeste do estado. Também, os veículos utilizados para o transporte de mercadoria que chegava à estação ferroviária de Leopoldo de Bulhões não passavam de velhos caminhões em péssimas condições⁶⁹.

O combustível também era dispendioso, o que exigiu o uso rudimentar de carros de boi nas obras da nova capital. Os bois eram utilizados não apenas no transporte de cargas mas também em outros serviços como a pavimentação de ruas da nova capital. Um registro fotográfico de 1936 (Figura 3), feito pelo fotógrafo Alois Feichtenberger, responsável por importantes registros da construção da nova capital, mostra um grupo de caminhões parados ao fundo e uma junta de bois (ao invés de uso de tratores) que trabalhavam no cascalhamento das ruas adjacentes à praça cívica.

Figura 3. Carros de Boi na Praça Cívica



Fonte: Fotografia de Alois Feichtenberger, 1936. Cortesia MIS.

66 Teixeira Alvares, *A luta na epopeia de Goiânia*.

67 Teixeira Alvares, *A luta na epopeia de Goiânia*.

68 McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*.

69 Alvares, *A luta na epopeia de Goiânia*.

O preço dos combustíveis pode ter sido a razão para o uso rudimentar da junta de bois, mas a imagem é impactante no sentido de expor o projeto de modernização sendo contrastado por práticas tão tradicionais de manejo. Essa fotografia registra, ainda, a construção dos prédios públicos na Praça Cívica, tendo ao fundo um dos principais símbolos do *Art Déco* goiano, que é o Palácio das Esmeraldas, com seus vitrais coloridos, ainda em fase de construção. Ou seja, a modernidade urbana, que era tão propagada pelos divulgadores do projeto urbano em Goiás, trazia representações tão rudimentares em sua concretização. Nesse sentido, essa imagem encontra, nos registros de Lévi-Strauss, uma grande representação.

As questões relacionadas às dificuldades de comunicação se assemelham aos estudos de Cronon⁷⁰ sobre o início do processo de ocupação de Chicago. Ou seja, mesmo com toda a divulgação dos *boos-ters* da grande cidade que era o portão de entrada para o Grande Oeste norte-americano, na prática, o que os pioneiros experimentaram, sobretudo no que diz respeito à vida diária com o sistema de transporte, foi complexo e precisou de muitas melhorias para o desenvolvimento da cidade. Desde as ruas, empoeiradas no tempo da estiagem e inundadas pelas águas da planícies, barrentas e muitas vezes intransitáveis, até o sistema fluvial e ferroviário que estavam em desenvolvimento. Por exemplo, os canais fluviais eram frequentemente obstruídos por bancos de areias e era preciso fazer dragagens periódicas para liberar as vias aquáticas. O rigoroso inverno impedia o livre transporte, principalmente por causa das vias terrestres que ficavam intransitáveis devido à lama. Por isso, Cronon⁷¹ afirmava que, conjuntamente às vantagens e oportunidades de crescimento, a natureza lançou obstáculos que aqueles que sonhavam com o sucesso empreendedor da cidade tiveram de superar.

Essas dificuldades naturais, ao mesmo tempo, representavam a possibilidade de domínio sobre a primeira natureza, gerando, além de mudanças na paisagem urbana de Chicago, a criação do que ele chamou de “segunda natureza”. A construção de um porto em determinado local mais adequado, um canal em outro, novas rotas rodoviárias e ferroviárias, os desafios em relação ao desejo urbano passaram a ter um componente ainda mais humano. Segundo Cronon, essa dinâmica impunha o domínio humano sobre o mundo natural, criando a “segunda natureza”, que, em suas palavras, havia sido “designed by people and ‘improved’ toward human ends, gradually emerged atop the original landscape that nature — ‘first nature’ — had created as such an inconvenient jumble”⁷².

No caso de Goiânia, além de recursos naturais que, geograficamente, dificultavam a comunicação da nova capital, os construtores tiveram que enfrentar a escassez de recursos materiais e, sobretudo, financeiros. A princípio, o próprio presidente Getúlio Vargas interveio para que o estado de Goiás tomasse empréstimo junto ao Banco do Brasil. Posteriormente, Pedro Ludovico encarregou os irmãos Coimbra Bueno de buscar recursos financeiros para suprir as necessidades que, nos primeiros anos de construção, eram urgentes. A pressão sobre os engenheiros construtores da nova capital aumentava à medida que o interventor necessitava consolidar a mundaça administrativa. Com isso, a partir de dezembro de 1935, as secretarias começam a ser transferidas, trazendo consigo o funcionalismo público, aumentando o número de habitantes⁷³.

70 Cronon, *Nature's Metropolis*.

71 Cronon, *Nature's Metropolis*.

72 Cronon, *Nature's Metropolis*, 56.

73 Alvares, *A luta na epopeia de Goiânia*. Sobre os dados do Censo divulgado pelo IBGE de 1940, a população de Goiânia já chegava a 48.166 habitantes. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>

Os registros memorialistas evidenciam que parte dos resultados que tornaram possível a conclusão das obras deveu-se, em grande medida, ao esforço e ao espírito visionário dos irmãos engenheiros Coimbra Bueno e da vontade política de Pedro Ludovico⁷⁴. Esses esforços ditaram o ritmo das obras na construção da cidade. A empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda teve um papel importante nesse processo de consolidação do projeto urbano de Goiânia. Em 1939, foi publicado o Decreto 90-A, no qual foram estabelecidas as diretrizes do município de Goiânia como área urbana e suburbana, particulares e públicas, e a delimitação das áreas verdes do plano urbanístico de Goiânia⁷⁵. Os irmãos Coimbra Bueno, ainda no final dos anos de 1940, seguindo as normatizações do Decreto 90-A, planejaram o crescimento da cidade, definindo planos de setorização para as áreas de lazer, estudos, parques e demais áreas de crescimento (mapa 3). Quando comparados os planos urbanísticos elaborados pela Coimbra Bueno & Cia. Ltda em 1938 e 1947 (mapa 2 e mapa 3), percebe-se que, enquanto o primeiro tinha uma preocupação extrema em manter a qualidade do solo urbano com a grande presença de áreas verdes entre os lotes, no segundo, a preocupação maior estava em demarcar territorialmente a cidade por meio de lotes com reais valores imobiliários e rentáveis do ponto de vista econômico. Isso pode ser percebido na interligação do polo-pioneiro Campinas (que havia se tornado um bairro de Goiânia) com a malha urbana central da nova metrópole. Os bosques e os parques, tão importantes na visão dos dois urbanistas originais, com o passar do tempo e com a expansão urbana de Goiânia, acabaram sendo comprimidos pelos loteamentos e pela especulação imobiliária⁷⁶. Dessa forma, os dois conceitos originais, que valorizavam a cidade “ajardinada”, foram substituídos por uma visão de base econômica e rentável, ignorando, em partes, a presença da natureza e das paisagens do Cerrado na expansão urbana de Goiânia.

Apesar das transformações na paisagem urbana e do papel secundário que as áreas verdes receberão na expansão da malha da cidade, os *boosters* defendiam que a modernização era algo evidente no Brasil Central e que Goiânia era a sua principal representação, sobretudo antes da construção de Brasília na década de 1950. Em depoimento oral para o Projeto Memória da Construção de Brasília, coordenado pelo Arquivo Público do Distrito Federal, os irmãos engenheiros, Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno relacionavam a sua experiência com a construção de Goiânia ao projeto desempenhado décadas depois na construção de Brasília. No entanto, num desses depoimentos, o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno afirmava que o grande mérito da nova capital não foi apenas no sentido de modernização das estruturas econômicas de Goiás, mas também na mudança de mentalidade que a cidade impôs a toda região. Em suas palavras: “quando estávamos já com Goiânia construída, nós sentimos aquele bafejo de progresso, aquela mudança de mentalidade do pessoal que saiu da velha capital e iria se instalar numa zona rica, que é Goiânia, zona rica, agricolamente rica, e pecuária também”⁷⁷.

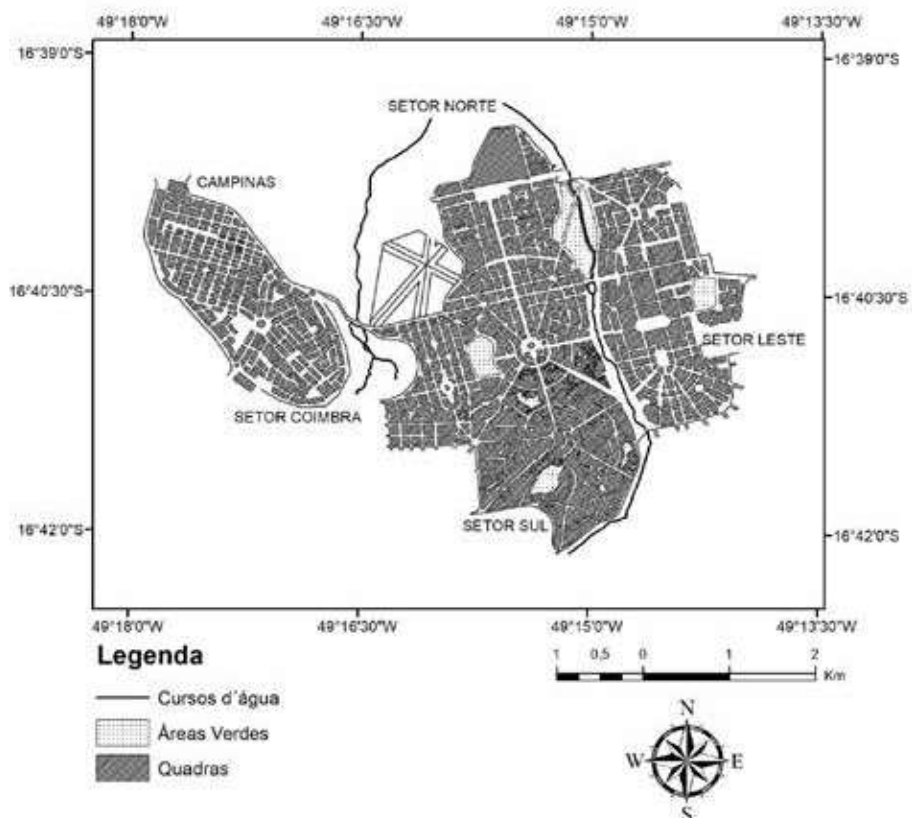
74 Alves, *A luta na epopeia de Goiânia*; Jeronymo Coimbra Bueno, “Depoimento — Programa História Oral”, Brasília, 1990. Arquivo Público do Distrito Federal (em diante, ArPDF), Brasília; Pedro Ludovico Teixeira, *Pedro Ludovico Teixeira, Memórias* (Goiânia: Secult / Gráfica Elite, 2013).

75 Prefeitura Municipal de Goiânia, Decreto 90-A de 30 de julho de 1938.

76 Yves Bruand, *Arquitetura contemporânea no Brasil* (São Paulo: Perspectiva, 1997).

77 Abelardo Coimbra Bueno, “Depoimento — Programa de História Oral”, 1990, 2. ArPDF, Brasília.

Mapa 3. Planta de Goiânia produzida pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda., 1947



Fonte: Biblioteca da Secretaria do Planejamento Municipal, Goiânia-GO (adaptado pelos autores).

Desde o final da década de 1930, existiam registros de propaganda imobiliária e da venda de lotes na nova capital de Goiás como um empreendimento rentável. Embora Lévi-Strauss⁷⁸ tenha relatado uma realidade de “campo de guerra” ao visitar Goiânia em 1937, outro cenário bem diferente estava sendo propagado em alguns jornais da capital federal. Em publicação do dia 2 de fevereiro de 1936, o periódico sediado no Rio de Janeiro *O Jornal* declarava que “temos a impressão de que o povo de alguns estados, onde as populações vão se tornando densas, procura agora [Goiás], vendo nesta unidade da Federação, dados os seus elementos de solo e clima, um futuro de perspectivas extraordinárias”⁷⁹. O artigo intitulado “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministério do Ar” também relatava que o interventor de Goiás estava criando as melhores oportunidades para que, tanto brasileiros quanto estrangeiros, pudessem se estabelecer e “enriquecer” na

78 Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*.

79 *O Jornal*, “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministério do Ar: Como se manifesta a respeito o engenheiro e aviador Jeronymo Coimbra Bueno, construtor da nova capital do Estado de Goyaz”, 2 de fevereiro de 1936, Rio de Janeiro, 8.

localidade. A matéria continua com uma entrevista ao engenheiro Jeronymo Coimbra Bueno, a quem era creditado também o título de aviador, na qual ele atestava que Goiânia seria, por sua localização central no país, o ponto de interligação aérea entre a cidade de São Paulo e as demais cidades das regiões norte e centro-oeste. O engenheiro afirmava ainda que tal posição geográfica facilitaria a logística da distribuição aeropostal e que tanto o aeroporto da nova capital quanto os campos de pouso estavam sendo construídos. Esses novos campos de pouso teriam a capacidade de abrigar aeronaves militares e civis, o que permitiria os transportes de cargas e de turistas, estendendo-se às regiões do rio Araguaia, cuja natureza era descrita com exuberante e “primitiva”⁸⁰.

Em entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, em 7 de janeiro de 1937⁸¹, Abelardo Coimbra Bueno reportava sobre o andamento acelerado das obras em Goiânia e que a cidade era considerada por todos aqueles que a visitavam um “oásis no *hinterland* brasileiro”. O irmão Coimbra Bueno fazia referências a elementos construtivos alusivos à modernidade, como a instalação dos primeiros elevador e monta-cargas do estado, do revestimento do Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas) em pó de pedra verde, em simbolismo às riquezas vegetais e minerais, e à rapidez da execução dos edifícios que, segundo ele, chegariam a 150 unidades até o final daquele ano (1937). O engenheiro afirmava que a empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda estava recrutando operários no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois estes teriam mais capacidade técnica do que os trabalhadores da região. Ainda, referia-se a Armando de Godoy como o orientador do novo plano urbanístico, incluindo o engenheiro Werner Lounenberg na colaboração do traçado do setor sul e de Salvador Batalha, “arquiteto de conhecido renome em nossos meios técnicos, e que projetou todos os prédios que estamos atualmente construindo...”⁸².

Outra matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 29 de janeiro de 1937⁸³, intitulada “Do norte ao sul do país: a construção da nova capital goiana”, trazia uma narrativa de exaltação à construção da nova capital em Goiás, reportando que esta havia sido concebida por profissionais dos mais renomados no país. Citava os nomes de Corrêa Lima, Godoy e Jeronymo Coimbra Bueno. Esse entusiasmo apareceu também para louvar a escolha do local, mais centralizado em relação ao país, e o seu traçado urbano que, segundo a reportagem, se comparava às metrópoles da América do Norte, como referência de modernidade e desenvolvimento.

As publicações citadas abusavam do uso dos conceitos de modernidade e exaltavam o plano urbanístico e os desenhos arquitetônicos de Goiânia. As publicações também confirmavam os registros deixados por Lévi-Strauss em sua passagem por Goiânia, de que havia muita propaganda favorável ao empreendimento e que, na verdade, a cidade ainda era muito mais um canteiro de obras, além de que os discursos nem sempre representavam a realidade. Essa constatação evidencia o papel dos *boosters* na divulgação da nova capital e a forma como esses discursos repercutiam na antiga Capital Federal. Considerando que essas divulgações eram feitas por vias escritas ou por radiofrequência, a única maneira de se conferir o fato seria por visita ao local. Nesse caso, a distância dava aos *boosters* vantagem oportuna. E os registros de Lévi-Strauss atestam uma visão pessimista e depreciativa dos discursos da modernização da marcha civilizatória.

80 “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministério do Ar”.

81 “Passa sobre Goiás um ‘sopro de progresso’”, *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1937, 10. Rio de Janeiro.

82 “Passa sobre Goiás um ‘sopro de progresso’”.

83 “Do norte ao sul do país: a construção da nova capital goiana”, *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1937. Rio de Janeiro.

No dia 7 de agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas, em visita à nova capital, pronunciou um discurso, durante o banquete oferecido pelo interventor Pedro Ludovico, no qual exaltava os recursos naturais do Brasil Central e o papel de Goiânia nos projetos federais de deslocamento para o Oeste. Em seu discurso, afirmava que o planalto central do Brasil era o grande miradouro do país e representava a região com um lugar alto onde se avistam os horizontes da nação e de onde os rios corriam para todas as direções do país, “para levar, ao Norte como ao Sul, a força das suas águas e a fertilidade do seu *húmus*”⁸⁴. O presidente relacionava a nova capital e os projetos de modernização em Goiás às políticas nacionais da Marcha para o Oeste, exaltando os recursos naturais da região e o papel destes para o desenvolvimento econômico nacional: “A potencialidade do vosso solo e suas riquezas têm foros lendários: vastas pastagens onde os rebanhos podem multiplicar-se; matérias primas minerais abundantes e das mais necessárias ao progresso; possibilidades incontáveis de cultura e de prósperos empreendimentos”⁸⁵. O discurso de Getúlio, na verdade, buscava reforçar a diligência do governo federal no grande projeto de ocupação do *hinterland* brasileiro, no qual Goiânia assumia, naquele momento, o principal símbolo. Assim, sua fala ecoava o discurso clássico da Marcha, que havia sido pronunciado no Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1937⁸⁶, em que o presidente conclamava a nação para o grande movimento em direção ao Oeste:

“No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial”⁸⁷.

Em 5 de julho de 1942, a capital foi oficialmente inaugurada, por meio das solenidades oficiais em Goiânia, nas quais o interventor Pedro Ludovico entregou, simbolicamente, as chaves da cidade ao então prefeito Venerando de Freitas⁸⁸. Na ocasião, foi realizado o 8º Congresso Brasileiro de Educação e a Assembleia-geral do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O papel discursivo dos *boosters* em Goiás evidencia um fenômeno histórico importante no contexto no Novo Mundo, relacionado à marcha da civilização da fronteira, que, no século XX, incluía o *hinterland* goiano nesse rico debate sobre sociedade e natureza.

Segundo Donald Worster⁸⁹, a expansão imperialista para o Oeste tem sido exaustivamente celebrada na América Norte, considerando a história e os mitos da fronteira. No que se refere aos mitos, o autor nos chama atenção que estes têm a intenção de celebrar a marcha da civilização trazendo racionalidade e progresso ao mundo natural. Tendo como pano de fundo a expansão da fronteira agrícola em Goiás, Worster afirma que o

84 Getúlio Vargas, “Atualidade e futuro de Goiás”. Discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Goiânia, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor do estado, a 7 de agosto de 1940, 23. CC-APR.

85 Getúlio Vargas, “Atualidade e futuro de Goiás”.

86 Getúlio Vargas, “No limiar do ano de 1938”. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia-noite de 31 de dezembro de 1937. CC-APR.

87 Getúlio Vargas, “No limiar do ano de 1938”, 124.

88 Godoy, “Relatório”.

89 Donald Worster, “Apresentação”, em *No oeste, a terra e o céu*.

“interior do Brasil pode parecer muito longe dos centros globais de poder e influência, mas como Montana e Califórnia, Alberta e Colúmbia Britânica, esse sertão tornou-se um ultrajante ataque às antigas harmonias que relacionavam pessoas e natureza. Acima de tudo, a ideologia do progresso, que impulsiona com tanta força o capitalismo moderno, a industrialização, a política e a cultura, arremessou lugares até então remotos para o futuro. A ideia de progresso sugere um movimento em direção a uma condição ou a um estado mais elevado. O progresso era um ideal medido em termos materiais —a produção de alimentos, a construção de casas, a prospecção de minérios, o acúmulo de dinheiro gerado a partir da terra— mas também se tornou um imperativo moral”⁹⁰.

Nesse sentido, além das questões materiais, urbanas e rurais apresentadas por Donald Worster na sua observação do sertão goiano, podemos incluir o papel dos *boosters* na celebração da marcha civilizatória sobre a natureza inexplorada em Goiás. E Goiânia, nesse contexto, assume a principal representação da cidade do Oeste, cuja missão era a conquista territorial do *hinterland* brasileiro.

Considerações Finais

A primeira década de criação da cidade, no entanto, não demonstrou o avanço desejado e propagado, em que a natureza foi muito mais uma barreira do que um impulso ao desenvolvimento. Quase dez anos após o lançamento de sua pedra fundamental (24 de outubro de 1933), a principal produção do estado ainda era agropastoril⁹¹. A louvada indústria que elevaria o estado de Goiás pelo beneficiamento de seus minérios não foi o que impulsionou a formação da metrópole, mas um pensamento baseado em um planejamento “moderno” que possibilitou o nascimento de uma cidade que, ao se retroalimentar, chama para si as atenções do desenvolvimento. Dessa forma, encontramos um paralelo entre os *boosters* americanos e os visionários da nova capital de Goiás. Os relatos exaltados sobre os volumes dos rios capazes de abastecer a cidade moderna, a grandeza das matas para a produção de lenha e a fartura das lavouras locais apontam para um sucesso anunciado e garantido à futura metrópole goiana. A necessidade de um rápido crescimento populacional e da instalação de várias indústrias era a “realidade” vendida como promessa aos futuros investidores e a solução para os poucos recursos financeiros do estado.

Se os *boosters* goianos utilizaram os fatores naturais a seu favor, a realidade da construção mostrou outro lado do desenvolvimento. Muitas dificuldades, financeiras ou de obtenção e transporte de insumos, impediram que a metrópole se desenvolvesse tão rapidamente. A “modernidade” exaltada nos discursos mudancistas contrasta com o atraso tecnológico e com a mão de obra pouco qualificada ou sem qualificação. A contradição entre o moderno e o rural na construção de Goiânia é uma marca expressiva de processo histórico que caracterizava os contrastes da expansão da fronteira favorecida por projetos de integração que a política da Marcha para o Oeste reforçava. Nesse sentido, as observações de Cronon⁹² sobre o papel de Chicago um século antes da construção de Goiânia são considerações relevantes, à medida que os seus apontamentos e metodologias adotados nos permitem uma correlação entre a urbanização do Oeste no Brasil

90 Donald Worster, “Apresentação”, 18.

91 Godoy, “Relatório”; F. Itami Campos, *Questões agrárias: Bases sociais da política goiana* (Anápolis: Kelps, 2015).

92 Cronon, *Nature's Metropolis*.

nas décadas de 1930 e 1940 e a expansão da fronteira agrícola no mesmo período. Ou seja, são processos convergentes em que o fenômeno da urbanização e colonização agrícola se constituem em importantes representações simbólicas da conquista do Oeste brasileiro. Os apontamentos sobre o projeto de metrópole para Chicago⁹³ apontam indícios para uma história ambiental da formação urbana de Goiânia, sobretudo na relação entre sociedade e natureza, como também na relação entre campo e cidade ou na conexão entre esses elementos ao mesmo tempo. Outra referência importante da formação urbana de Goiânia é a sua identificação como cidade símbolo da expansão da fronteira modernizadora do Oeste brasileiro⁹⁴. Duas décadas depois da construção de Goiânia, Brasília, a nova capital federal, assumirá essa posição, e a capital de Goiás ficará em segundo plano, uma vez que os olhares se voltam para a grande representação simbólica de Brasília e o trabalho dos seus arquitetos e urbanistas.

No entanto, a capital do estado de Goiás, símbolo da expansão para o interior do Brasil, assumia, nas décadas de 1930 e 1940, um papel importante no discurso de modernização, incluindo discursos relacionados à função que os recursos naturais representariam, tanto para o projeto urbano quanto para a expansão demográfica para as áreas adjacentes, que recebiam significativa migração rural. O desenvolvimento imaginado e louvado realmente aconteceu, porém não com a rapidez esperada. Os fatores naturais como a capacidade dos rios, a proximidade das matas e as estradas de rodagem se apresentaram muito mais como pretextos para a transferência de capital do que como “facilitadores” de desenvolvimento. O que se deu, na prática, foi mais uma dificuldade de transpor as limitações impostas pela natureza. A “cidade moderna”, antes de sê-la, experimentou as agruras rurais emolduradas em paisagens de edifícios aos moldes europeus.

Bibliografia

Fontes primárias

Arquivos

1. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Brasília.
2. Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro.
3. Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação-geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca, Arquivo da Presidência da República (CC-APR), Brasília.
4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Biblioteca Digital, Rio de Janeiro.
5. Museu da Imagem e do Som (MIS), Goiânia.
6. Prefeitura Municipal de Goiânia, Biblioteca da Secretaria do Planejamento Municipal (Seplam), Goiânia.

93 Cronon, *Nature's Metropolis*.

94 Dutra e Silva, *No oeste, a terra e céu*.

Documento primário impresso

7. Haas, Carlos. “Ligeiras considerações acerca da mudança da capital do Estado de Goyaz. Memorial apresentado a Sua Excellencia Dr. Pedro Ludovico Teixeira, D.D. Interventor Federal no Estado de Goiaz pelo Engenheiro Civil Carlos Haas, residente em São Francisco das Chagas”. *Voz do Povo*. Goiaz, Capital, Anno V, n.º 186, 27 de fevereiro de 1931. Biblioteca Nacional Digital, Fundação Biblioteca Nacional, <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>
8. *Jornal do Brasil*. “Aviso á praça: terrenos em Goiania”. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1939.
9. *Jornal do Commercio*. “A nova capital de Goyaz”. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1933.
10. *Jornal do Commercio*. “Goyaz: o interventor federal em viagem — a construcção da nova capital”. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1934.
11. *Jornal do Commercio*. “Goyaz: o projecto da nova constituição — as obras da nova capital”. Rio de Janeiro, 18-19 de fevereiro de 1935.
12. *Jornal do Brasil*. “Passa sobre Goiaz um ‘sopro de progresso’”. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1937.
13. *Jornal do Brasil*. “Do norte ao sul do país: a construção da nova capital goiana”. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1937.
14. *O Jornal*. “Installados solenemente o município e comarca de Goyania”. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1935.
15. *O Jornal*. “A navegação aerea do Brasil e a criação do Ministerio do Ar”. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1936.
16. *O Jornal*. “Goyania — padronização de material de construção”. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937.

Fontes secundárias

17. Alvares, Geraldo Teixeira. *A luta na epopeia de Goiânia*. São Paulo: Gráf. *Jornal do Brasil*, 1942.
18. Berman, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar — A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
19. Bernardes, Genilda D’arc. “O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho”. *Revista UFG* XI, n.º 6 (2009): 37-51.
20. Borges, Barsanulfo Gomides. *O Despertar dos dormentes: Estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais*. Goiânia: Cegraf, 1990.
21. Bruand, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
22. Campos, F. Itami. “Operários na construção de Goiânia”. *Jornal Opção*. 24 de outubro de 1980.
23. Campos, F. Itami. *Questões agrárias: Bases sociais da política goiana*. Anápolis: Kelps, 2015.
24. Chaul, Nasr Fayad. “Goiânia: a capital do sertão”. *Revista UFG* XI, n.º 6 (2009): 100-110.
25. Corrêa Lima, Attilio. “Goiânia: a nova capital de Goiás”. *Arquitetura e Urbanismo* (1937): 140-146.
26. Cronon, William. *Nature’s Metropolis: Chicago and the Great West*. Nova York: W. W. Norton & Co., 1991.
27. Daher, Tânia. “O projeto original de Goiânia”. *Revista UFG* 11, n.º 6 (2009): 77-91.
28. Diniz, Anamaria. “Goiânia: Modernismo periférico”. *Revista Estética e Semiótica* 7, n.º 1 (2017): 101-114.
29. Diniz, Anamaria. “Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): Ideal estético e realidade política”. Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
30. Dutra e Silva, Anderson, Carlos Christian Della Giustina e Sandro Dutra e Silva. “Goiânia e a urbanização do oeste: demografia, fronteira agrícola, áreas verdes e mananciais”. *Revista Inclusiones* 5 (2018): 14-29.
31. Dutra e Silva, Sandro. *No oeste a terra e céu: A expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

32. Dutra e Silva, Sandro, Aurea Marchetti Bandeira, Giovana Galvão Tavares e Luciana Murari. “O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental”. *História, Ciências, Saúde* 24, n.º 1 (2017): 93-110, doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016005000024>
33. Ellis Junior, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
34. Esterci, Neide. “O mito da democracia no País das Bandeiras”. Dissertação, Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.
35. Evans, Esterling e Sandro Dutra e Silva. “Crossing the Green Line: Frontier, Environment and the Role of Bandeirantes in the Conquering of Brazilian Territory”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 6, n.º (2017): 120-142, doi: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i1.p120-142>
36. Franco, José Luiz de Andrade e Drummond, José Augusto. “Wilderness and the Brazilian mind (I): Nation and Nature in Brazil from the 1920s to the 1940s”. *Environment History* 13 (2008): 724-750.
37. Godoy, Armando Augusto de. “Relatório sobre a conveniência da mudança da capital”. Em *Goiânia: Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia*, 13-30. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942.
38. Howard, Ebenezer. *Cidades-Jardim de Amanhã*. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana / Hucitec, 1996.
39. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Goiânia: Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942.
40. Jeronimo, Marilena Julimar Aparecida Fernandes. “Goiânia: ‘flor miraculosa do Estado Novo’”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 4, n.º 3 (2015): 175-185, doi: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2015v4i3>
41. Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
42. Leal León, Claudia Maria, Diogo de Carvalho Cabral, Marina Miraglia e Rogério Ribeiro de Oliveira. “Territórios e paisagens na América Latina”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 6, n.º 1 (2017): 12-21, doi: <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2017>
43. Lévi-Strauss, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
44. Manso, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea — Um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.
45. McCreery, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford: Stanford University, 2006.
46. Mendonça, Jales Guedes Coelho. “A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas”. *Mosaico* 2, n.º 2 (2009): 175-189.
47. Nash, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*. New Haven / Londres: Yale University Press, 1982.
48. Oliveira, José de Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1929.
49. Pinto, Angela Ciccone e Alexandre Martins Araújo. “Idealização e construção de uma nova capital no Cerrado: um olhar sobre os princípios ambientais”. *Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science* 3, n.º 1 (2014): 78-88.
50. Ricardo, Cassiano. *Marcha para o oeste: A influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.
51. Sabino Junior, Oscar. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

52. Taunay, Affonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951.
53. Teixeira, Pedro Ludovico. *Pedro Ludovico Teixeira, Memórias*. Goiânia: Secult / Gráfica Elite, 2013.
54. Turner, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Nova York: Dover Publications, 2010.
55. Vernet, Nicolas e Anne Coste. “Garden Cities of the 21st Century: A Sustainable Path to Suburban Reform”. *Urban Planning 2*, n.º 4 (2017): 45-60.
56. Worster, Donald. “Apresentação”. Em Dutra e Silva, Sandro. *No oeste, a terra e o céu: A expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.



Anderson Dutra e Silva

Mestre em Ciências Ambientais no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (Ciências Ambientais) pelo Centro Universitário de Anápolis (Brasil). Atualmente, é professor na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e no Centro Universitário de Anápolis (Brasil). Tendo formação em arquitetura, sua área de interesse é o planejamento urbano a partir dos enfoques ambientais. Entre suas publicações recentes, estão “Goiânia e a urbanização do oeste: demografia, fronteira agrícola, áreas verdes e mananciais”. *Revista Inclusiones 5* (2018): 14-29; “Physical Activity in Brazilian Environmental Parks: A Brief Review”. *Journal of Exercise Physiology Online 21* (2018): 92-98 (com Iransé Oliveira-Silva, Ricardo José Gomes de Oliveira, Sandro Dutra e Silva e Carlos Christian Giustina). dimdutra74@gmail.com

Sandro Dutra e Silva

Doutor em História pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professor na Universidade Estadual de Goiás e no Centro Universitário de Anápolis (Brasil). É coordenador do Laboratório de História Ambiental do Cerrado e suas investigações giram em torno dos estudos históricos da expansão da fronteira agrícola no Brasil Central, com ênfase nos processos de colonização, migração, história da agricultura, pecuária e da ciência no Cerrado. Entre suas publicações recentes, estão “Nature’s Revenge: War on the Wilderness during the Opening of Brazil’s ‘Last Western Frontier’”. *International Review of Environmental History 5* (2019): 5-21, doi: <http://dx.doi.org/10.22459/IREH.05.01.2019.02>; “A colonização agrária no Brasil Central: fontes inéditas sobre as pesquisas de campo de Henry Bruman em Goiás na década de 1950”. *Topoi (Rio de Janeiro) 19*, n.º 37 (2018): 198-225, doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903709> (com Stephen Bell); *No oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017). sandrodutr@hotmail.com